

IV Conferência Económica do Millennium bim

“Os efeitos das 3 crises – financeira, produtos alimentares e petróleo – sobre as economias de África e de Moçambique em particular”

As Consequências Directas das Crises no Panorama Nacional Moçambicano

por

Carlos Nuno Castel-Branco¹

Maputo, 04 de Dezembro de 2008

Natureza estrutural, dinâmica e de longo prazo das crises numa perspectiva Moçambicana

Embora o mundo capitalista desenvolvido, na sua globalidade, tenha começado a falar das crises apenas recentemente, para Moçambique e outras economias Africanas e subdesenvolvidas as dinâmicas de crise são de longo prazo e de natureza estrutural.

As estatísticas sobre o índice de preços ao consumidor (IPC) em Moçambique mostram, há mais de década e meia, que a inflação é determinada pelos preços dos produtos alimentares e energia e combustíveis.²

As estatísticas sobre padrões de investimento e acumulação e reprodução económica em Moçambique mostram, há duas décadas, a absoluta predominância e dependência em relação a fluxos externos de capital e, por consequência, os elevados níveis de concentração e centralização da estrutura produtiva, comercial e tecnológica e da base social e regional de acumulação. Cinco impactos imediatos deste tipo de padrão económico e social são: as fracas ligações económicas internas, a elevada vulnerabilidade da economia em relação aos mercados internacionais, a volatilidade e descontinuidade dos processos de acumulação e reprodução, o aumento da desigualdade social particularmente ao nível intra-regional e a baixa elasticidade da redução da pobreza em relação ao crescimento económico (quando dados são comparados com outras economias Africanas). Estas

¹ Director do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane. Carlos.castel-branco@iese.ac.mz, carlos.castelbranco@gmail.com, www.iese.ac.mz.

² INE (várias edições); Banco de Moçambique (várias edições).

características económicas não diferem, no essencial, dos padrões económicos do fim do período colonial.³

Ao nível internacional, estatísticas e relatórios recentes indicam, dependendo de pressupostos e definições usadas, a quantidade de pessoas vivendo com escassez de alimentos e abaixo da linha de pobreza tem aumentado, que a proporção dessas pessoas na população mundial tem diminuído muito lentamente, e que a desigualdade no que diz respeito ao crescimento económico, padrões de crescimento e comércio, acesso a recursos e distribuição do rendimento tem aumentado.⁴ Nos últimos três anos, o crescimento económico na África Sub-Sahariana foi determinado pela subida dos preços dos produtos primários, e pelos fluxos de ajuda externa (com impacto na expansão da construção e do consumo social) e de investimento directo estrangeiro concentrado na indústria extractiva e energética.⁵

Portanto, tanto para Moçambique como para outras economias semelhantes, a crise é de estrutura e dinâmica e de longo prazo (ao invés de ser circunstancial e de curto prazo), e está directamente relacionada com os padrões de acumulação e reprodução económica. Portanto, a questão central não é tanto se estas economias crescem o suficiente mas como é que estas economias funcionam e por que é que crescem. Logo, os impactos da actual crise da economia mundial (as chamadas 3 crises – dos preços dos alimentos e dos combustíveis e a crise financeira) tendem a ser estruturais e de médio e longo prazo, em vez de imediatos. Enquanto as economias capitalistas desenvolvidas procuram resolver a crise com recurso à concentração e centralização do capital e à custa de empregos e elevados custos para o Estado e os cidadãos, nas economias subdesenvolvidas estas aparentes soluções só podem agravar os problemas de estrutura e dinâmica de longo prazo que causam o subdesenvolvimento.

Tomemos um exemplo simples. Na primeira metade de 2008, enquanto manifestações violentas de rua em mais de uma dúzia de Países Africanos chamavam a atenção para o estado crítico das condições de sobrevivência em economias consideradas de sucesso (como a de Moçambique), agências das Nações Unidas promoviam cimeiras para discutir como minimizar o impacto das crises dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares nas economias subdesenvolvidas e seus cidadãos mais

³ Ali 2008; Banco de Moçambique (várias edições); Castel-Branco 2008, 2004a, 2004b, 2003, 2002a e 200b; Cramer 1999; Departamento de Arqueologia e Antropologia 2005, INE (várias edições); James, Arndt and Simler 2005; Virtanen and Ehrenpreis 2007; Wuyts 2003 e 1980.

⁴ Reddy and Minoiu 2005 e UNCTAD 2008.

⁵ UNCTAD 2008.

vulneráveis. Por exemplo, a cimeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) insistiu num discurso favorável aos mercados livres, ao mesmo tempo que apelava a mais ajuda internacional para os países menos desenvolvidos (isto é, mais do mesmo remédio, mas com mais convicção). Os resultados desta cimeira levaram o Presidente Senegalês, Abdoulaye Wade, a declarar a FAO como uma organização inútil, devoradora de recursos e que deveria ser extinta.⁶

Recentemente, e ainda sob os auspícios de agências das Nações Unidas, uma outra cimeira teve lugar em Luanda para discutir o impacto da crise gerada pela rápida descida dos preços do petróleo nas economias dos Países Africanos exportadores de petróleo. Do mesmo modo, poderá não tardar muito até que estejamos a discutir a crise da descida dos preços dos produtos alimentares e de matérias-primas e a crise de falta de excitação causada pela estabilidade financeira internacional.

Do ponto de vista das economias subdesenvolvidas, como a de Moçambique, não é a flutuação de curto prazo, nem os arranjos políticos subsequentes, que causam ou curam a crise de acumulação e reprodução. Por isso, as pressões das chamadas 3 crises actuais (em breve poderão ser seis, as actuais 3 mais o seu inverso) constituem uma oportunidade para olhar mais profunda e seriamente para as nossas economias.

Canais de transmissão das crises

Canais de transmissão são os mecanismos, vectores, através dos quais informação ou efeitos são transmitidos de um ponto para outro. No caso de Moçambique, cada uma das três crises segue canais de transmissão específicos. O que é transmitido através de tais canais pode ser positivo (por exemplo, uma pressão positiva para mudar elementos da estrutura económica) ou negativo (por exemplo, um efeito cumulativo negativo no poder de compra da população).

A informação e efeitos das três crises transmitidos através de canais económicos em Moçambique são, provavelmente conjugados e cumulativos. Por isso, é importante olhar para a informação e efeitos na sua totalidade. Por razões de método, vamos começar por abordar cada uma das crises separadamente.

⁶ Ver reportagem da Reuters no link <http://www.reuters.com/article/africaCrisis/idUSN05398705> (04 de Dezembro de 2008).

Crise dos produtos alimentares e combustíveis

A crise dos preços dos produtos alimentares pode ter dois efeitos em Moçambique: incentivar a produção e, até, as exportações e/ou afectar negativamente o poder de compra dos trabalhadores assalariados e informais urbanos e a balança comercial de Moçambique. As famílias rurais que tenham acesso a terra e outros meios de produção são menos vulneráveis às variações dos mercados de bens alimentares do que as famílias de trabalhadores assalariados e informais urbanos. A crise dos combustíveis tem efeitos directos no nível de actividade económica e na conta corrente.

Ainda não há evidência sistemática sobre os efeitos dos aumentos dos preços na produção doméstica. Além do aspecto óbvio de que é preciso mais tempo para recolher informação sistemática sobre produção comercializada do que sobre preços, é de prever que os efeitos dos preços no aumento da produção não sejam automáticos. Por um lado, é preciso reconhecer que os mecanismos de transmissão dos preços são tão distorcidos quanto a estrutura e dinâmicas dos mercados. Portanto, a questão central não é se os preços sobem ou descem, mas a dinâmica real de preços que os produtores de facto enfrentam. Esta dinâmica real pode diferir substancialmente dos preços em geral por causa da fragmentação dos mercados, da existência de oligopólios e monopólios (ou seus equivalentes comerciais), de estratégias de competição seguidas por produtores e compradores, da diferenciação entre produtores, etc. Logo, o incentivo teórico do mecanismo de preço pode não se fazer sentir.

Por outro lado, para responder aos incentivos de preços os produtores precisam de ter capacidade produtiva, financiamento de curto e médio prazo, logísticas produtivas (por exemplo, as cadeias de aprovisionamento da produção), logísticas comerciais (transporte, armazenamento, acesso aos mercados e aos centros de baldeamento de carga), infra-estruturas (energia, água, etc.), sistemas de informação (sobre preços, mercados, tecnologias, financiamento, etc.), sistemas de investigação, inovação e formação, sistemas de cooperação entre produtores, etc. Por exemplo, evidência em Moçambique indica que sempre que a escala de produção de empresas agrícolas aumenta significativamente, os desafios relacionados com a manutenção da qualidade, certificação da produção e controlo fitossanitário, financiamento, aprovisionamento em factores de produção, acesso a

transporte e mercados aumentam pelo menos proporcionalmente ao ponto de a grande maioria dos produtores não conseguir manter-se em operação escalas de produção maiores.⁷

Finalmente, a forma como os produtores respondem ao incentivo de preços também depende das suas possibilidades e estratégias de sobrevivência e de produção e das condições de integração nos mercados. Evidência de Moçambique mostra que os produtores agrícolas pequenos e médios preferem diversificar as fontes de rendimento e sobrevivência a especializar as suas actividades nos produtos em alta por causa de vários factores, tais como: diversificação do risco em face da volatilidade dos mercados e do controlo das dinâmicas de mercado por outros produtores ou comerciantes, constrangimentos associados com a divisão social do trabalho no quadro de uma estratégia ampla de diversificação e de integração em diferentes mercados (de bens e serviços, de força de trabalho, etc.).

Em resumo, não é de prever que a alta de preços de produtos alimentares se reflecta, tão já, no aumento substancial da produção de excedentes alimentares.

Entretanto, há evidência do impacto do aumento dos preços dos produtos alimentares no poder de compra dos trabalhadores assalariados e informais urbanos e na balança comercial de Moçambique. Estatísticas do INE⁸ indicam que a taxa de inflação relativamente a Outubro de 2007 era, em Outubro de 2008 (último mês reportado), superior a 15%, o que a torna a mais alta taxa de inflação homóloga com referência a Outubro dos últimos 5 anos, com uma diferença de 2.5 pontos percentuais relativamente à segunda mais alta. A taxa de inflação acumulada de 2008 era, em Outubro, de 9.63%, o que igualmente a tornava na mais alta taxa de inflação acumulada no décimo mês do ano dos últimos cinco anos, com uma diferença de 2.95 pontos percentuais relativamente à segunda mais alta. Logo, é seja previsível que a taxa de inflação de 2008 venha a ser largamente superior à dos últimos cinco anos, a não ser que seja possível conter a aceleração sazonal dos preços nos últimos dois meses do ano. Os mesmos dados também indicam que os combustíveis e os produtos alimentares básicos são os principais determinantes da aceleração da inflação.

As taxas de inflação de Nampula e Beira (homóloga e acumulada) são largamente superiores à de Maputo, o que pode ser um claro indicador do impacto do grau de integração ou fragmentação dos mercados e da sua estrutura competitiva no nível de preços. Por outro lado, dadas as diferenças

⁷ Castel-Branco 2005 e 1983, O'Laughlin 1981, Wuyts 2003.

⁸ Veja o site http://www.ine.gov.mz/indicadores_macro_economicos/ipc/indicadores_macro_economicos/ipc/agregado1.

médias de rendimento entre as cidades de Maputo, Beira e Nampula, a proporção do rendimento que os cidadãos de Beira e Nampula gastam em bens alimentares básicos e combustíveis pode ser maior do que na cidade de Maputo, pelo que estes cidadãos sofrem mais intensamente o impacto da crise dos preços dos bens alimentares.

Por sua vez, dados do Banco de Moçambique⁹ indicam que as importações, excluindo mega projectos, aumentaram, em 2007, 8.6% comparativamente a 2006. Os grandes municiadores deste aumento das importações foram os cereais (7.8% relativamente a 2006, comparado com 4% entre 2005 e 2006), combustíveis (18%) e energia eléctrica (42%). Segundo os mesmos dados, em 2007 as exportações de bens (excluindo mega projectos) contraíram em 18% relativamente a 2006 pelo efeito combinado d redução de preços e quantidades exportadas em outros bens que não sejam mega projectos. Dado que as importações (excluindo mega projectos) aumentaram, o défice comercial (de bens) aumentou em 49%. Assim, a taxa de cobertura das importações de bens pelas exportações de bens (excluindo mega projectos) baixou de 34% em 2006 para 26% em 2007.¹⁰ Isto quer dizer que se excluirmos os mega projectos, a economia só consegue sustentar um quarto das suas importações de bens. Este rácio de cobertura das importações é inferior ao de há onze anos atrás.¹¹

Estes dados podem ser uma indicação do impacto da crise de preços de combustíveis e produtos alimentares não só no custo das importações como também na desaceleração da actividade produtiva para exportação (excluindo mega projectos), o que afecta o poder de compra da economia e dos cidadãos.

O impacto da crise no nível de produção para exportação pode resultar de vários factores: contracção da capacidade produtiva doméstica por efeito da aceleração dos custos de produção; contracção da procura internacional pelas exportações de Moçambique por causa de ajustamentos na procura agregada e alocação da despesa dos importadores em face da crise; e, por consequência do segundo ponto, redução do preço das exportações de Moçambique (excluindo mega projectos). Os dados disponíveis¹² indicam que tanto os preços como as quantidades exportadas nos principais produtos de exportação de Moçambique (excluindo mega projectos) baixaram significativamente. Assim, por exemplo, as quantidades exportadas de algodão diminuíram 40%, de camarão contraíram 5%, de

⁹ Banco de Moçambique (várias edições).

¹⁰ Banco de Moçambique (várias edições).

¹¹ Compare-se com Castel-Branco 2002a, pp: 94.

¹² Banco de Moçambique (várias edições).

castanha de caju em bruto reduziram em 8%, de amêndoa de caju processada baixaram em 32%, de tabaco caíram em 46%, de madeira diminuíram 45%, a reexportação de combustíveis caiu 13%.

As exportações de Moçambique são bens de investimento como materiais para construção, energia e indústria (alumínio, madeira, gás, combustíveis, energia), bens de consumo não básicos ou de luxo (camarão, caju) e matérias-primas naturais não processadas que enfrentam altas taxas de substituição (algodão). Este é o tipo de carteira de exportações que mais sofre em períodos de crise, embora possa crescer mais depressa em períodos de rápida expansão económica.

Os dados disponíveis (até 2007) não permitem ter uma ideia precisa do impacto da rápida subida dos preços de cereais, energia e combustíveis na primeira metade de 2008, mas não se prevê que a situação melhore.

Antes de terminar esta secção, é necessário fazer uma nota explicativa sobre a razão da exclusão dos mega projectos na discussão da conta corrente e da taxa de cobertura das importações em 2007. Os mega projectos têm um enorme impacto contabilístico na conta corrente, pois representavam, em 2007, 76% das receitas de exportação o que permitia elevar a taxa de cobertura das exportações para 86%. No entanto, as receitas de exportação dos mega projectos não estão disponíveis para financiar importações para o resto da economia por causa da debilidade das ligações fiscais e produtivas dos mega projectos com o resto da economia. Assim, do ponto de vista da balança comercial os mega projectos financiam as suas próprias importações e pouco mais, pelo que a sua inclusão na discussão confunde mais do que esclarece os factos.

Por outro lado, um dos riscos de excluir os mega projectos da discussão é não contabilizar o seu impacto no incremento do défice da conta rendimentos (na conta corrente) e da conta financeira. Por exemplo, em 2007 mega projectos foram responsáveis pelo repatriamento de dividendos no valor de US\$ 281 milhões, depois de dos valores de investimento directo desembolsado em mega projectos serem descontados o repatriamento de lucros e outros custos associados com os mega projectos. De facto, sem mega projectos a conta rendimentos teria um superavit de US\$ 4.5 milhões (contra um défice de US\$ 592 milhões com mega projectos); e a conta financeira teria um superavit de US\$ 637 milhões (contra um superavit de US\$ 356 milhões com mega projectos).

Em todo o caso, dadas as limitadas ligações dos mega projectos com o resto da economia e a magnitude do seu impacto contabilístico na discussão da balança de pagamentos, é importante que se

faça a análise com e sem mega projectos. Aliás, a análise sem mega projectos dá indicações sobre o que está a acontecer com as oportunidades e possibilidades de diversificação da base produtiva, comercial e tecnológica e de alargamento das bases sociais de acumulação económica.

Crise financeira

A chamada crise financeira pode afectar a economia de Moçambique de várias formas, ou por via de diferentes canais de transmissão. Dado que a crise explodiu em 2008, e os dados disponíveis ainda não cobrem este período com detalhe e precisão, é difícil avaliar os seus impactos em detalhe. Por outro lado, como se verá mais adiante, na maior parte dos casos estes impactos tenderão a ocorrer com um certo diferencial de tempo, a médio prazo, por razões estruturais. Finalmente, é preciso tomar em conta que a actual crise há muito que deixou de ser só financeira e está a ter impactos profundos na estruturação do capital (concentração e centralização), redistribuição de rendimento (com a falência de empresas financeiras e industriais e aumento rápido do desemprego), expectativas dos agentes económicos e contestação em torno do foco das medidas de recuperação (salvar as mega empresas geradoras da crise ou promover a diversificação e alargamento da base de acumulação e reprodução). Neste contexto, quais podem ser os canais de transmissão da crise?

Primeiro, a crise pode afectar as exportações dos mega projectos. Dados publicados pela Reuters¹³ e InfoMine.com, os stocks internacionais de alumínio subiram para o nível mais alto desde 1994, e o preço do alumínio no mercado mundial baixou para o nível mais baixo desde Junho de 2005. Em relação a Agosto de 2008, o preço baixou em mais de 40%. Os dados do Banco de Moçambique indicam que o alumínio representa mais do que 60% das exportações de Moçambique. Isto quer dizer que a queda do preço e aumento dos *stocks* internacionais de alumínio podem fazer com que as receitas de exportação de Moçambique, incluindo mega projectos, reduzam em mais de 20%.

Se este efeito acontece ou não, e se tem importância, depende de vários factores, nomeadamente: se a Mozal tem acordos para mercados futuros, por que prazo e a que preços; se a queda do preço do alumínio é persistente e acompanhada por uma significativa redução estrutural da procura (por exemplo, como efeito possível da crise da indústria automóvel); e o grau de ligação que a Mozal tem

¹³ Veja <http://www.business-standard.com/india/news/aluminium-heads-for-worst-losing-streak-since-1999/00/11/341640/>.

com a economia nacional. Se as ligações da Mozal com a economia forem fracas, o impacto de uma crise da Mozal não será facilmente transmitido.

Segundo, a crise pode afectar as restantes exportações de Moçambique, como há alguns indícios de já estar a afectar. Excluindo mega projectos, as exportações nacionais são de bens de consumo não básicos e matérias-primas naturais não processadas. Enquanto os bens de consumo não básicos são os primeiros a sofrer cortes nos orçamentos dos consumidores, as matérias-primas naturais não processadas enfrentam altas taxas de substituição tecnológica. Por exemplo, a procura internacional de camarão e amêndoa de caju é fortemente relacionada com o turismo internacional, o qual está sendo afectado pela crise económica. Tanto a procura como os preços destas mercadorias não essenciais podem baixar.

Terceiro, apesar da crise energética, as exportações de combustíveis e energia podem ser afectadas pelo impacto da crise no nível de actividade económica, por causa da elevada correlação entre o consumo de energia e o nível de actividade económica. Muito poderá depender dos acordos estabelecidos, da forma como a crise afecta a expansão ou contracção económica na região, e da estrutura do consumo energético. Há indícios de que as reexportações de combustíveis e derivados de petróleo estão sendo afectadas pela desaceleração das economias regionais, em especial, obviamente, pela crise do Zimbabwe.

Quarto, a actividade dos serviços ferro portuários pode contrair, quer pelo efeito da desaceleração económica em Moçambique, quer, sobretudo, pela incidência da crise na região. Há indícios, ainda não sistemáticos, de que houve uma acentuada redução da actividade portuária em Maputo em Setembro e Outubro, embora seja muito cedo para confirmar serem estes efeitos da crise internacional. Os mesmos efeitos se podem fazer sentir em outras áreas de serviços, em especial no turismo e na construção, dependendo da estrutura da procura.

Quinto, os fluxos de investimento privado estrangeiro podem contrair. Enquanto projectos em curso deverão continuar, o arranque de novos projectos poderá ser adiado por causa da indisponibilidade de recursos financeiros e incertezas sobre o comportamento do mercado. Há indícios de alguns projectos industriais (em biocombustíveis, na metalurgia e outros) estarem em risco. Também há sinais de que investimentos com recursos próprios terão mais possibilidades de prosseguir do que investimentos com recurso a crédito bancário, o que poderá resultar numa rápida concentração e centralização de capital em torno de grandes empresas oligopolistas em diferentes sectores principalmente se tais

empresas decidirem arriscar com intenção de dominarem ainda mais os mercados no pós-crise. Dado que investimento privado estrangeiro e os créditos da banca externa representam por volta de 80% dos fluxos de capital privado em Moçambique,¹⁴ a contracção do investimento externo, que terá ainda que considerar a proporção dos investimentos em carteira e dos investimentos com recursos próprios, poderá ter um grande impacto na desaceleração da actividade económica e eventual maior concentração em torno de mega projectos.

Sexto, Moçambique recebe cerca de US\$ 1.6 biliões em ajuda externa por ano, 80% da qual financia actividades públicas (financiamento geral do Orçamento do Estado, OE, financiamento directo dos sectores, financiamento de projectos que são componentes de programas ou isolados). Entre o governo e doadores há acordos plurianuais para o financiamento do OE e para alguns sectores e o financiamento de projectos já em curso dificilmente será interrompido. No entanto, o custo de salvamento do sistema financeiro capitalista já é 120 vezes maior que o PIB de Moçambique. Logo, é provável que futuros acordos plurianuais entre os governos de Moçambique e países doadores sejam revistos para baixo, e que novos projectos de grande envergadura sejam cancelados ou adiados. É, igualmente, possível que a pressão política de doadores sobre o Governo de Moçambique aumente, por aumentarem as pressões para contracção da ajuda. Em outras palavras, a ajuda pode ficar mais escassa financeiramente e mais cara politicamente.

Sétimo, as reservas externas nacionais e as disponibilidades do sistema bancário nacional podem ser reduzidas pelo efeito combinado da redução dos juros e da descapitalização da banca comercial internacional. Já há indícios de contracção de reservas externas pronunciados pelo Banco de Moçambique, e de maiores dificuldades de negociação de novos créditos ao consumo e financiamento produtivo no mercado bancário doméstico. É preciso não esquecer que os bancos nacionais são predominantemente controlados por bancos estrangeiros, e que estes estão predominantemente afectados pela crise internacional.

Oitavo, o que se seguirá à crise? Um novo programa de estabilização e ajustamento macroeconómico, chamado estrutural, que corta a procura agregada, os salários reais e as oportunidades de desenvolvimento e aumenta a pobreza, tal como sucedeu nas crises dos preços de petróleo e da dívida internacional dos anos 1970s e 1980s? Se este for o cenário de ajustamento, quem vai pagar a factura real da crise criada pelo sistema capitalista? O futuro impacto de possíveis programas de

¹⁴ Banco de Moçambique (Várias edições) e dados sobre investimento aprovado pelo Centro de Promoção de Investimento (CPI).

ajustamento económico global é difícil de medir agora, pois nem sabemos a sua magnitude nem a sua direcção. Se forem como os do modelo do Washington Consensus, então vamos ter que começar tudo de novo. É bem provável que não sejam, pois as tendências apontam para muita mais cautela e mais heterodoxia e criatividade, mas é preciso estarmos alerta sobre isto.

Conjugação dos impactos

Quando os impactos da crise global se conjugam, ou analisam em conjunto, é possível prever a grande dificuldade de encontrar saídas estruturais e a possibilidade de sairmos desta crise com um sistema capitalista ainda mais concentrado e centralizado e menos capaz de oferecer saídas reais para as nossas economias.

O que pode ser feito e pistas para futura investigação

Com foi sendo dito, ainda é cedo para conhecermos a magnitude de todos os impactos possíveis e conjugados, muito mais informação é necessária e cautela é precisa sobre o que se especula.

Por outro lado, parece claro que para economias como a de Moçambique as saídas não são nem de expediente nem de curto prazo. Precisamos de diversificar a nossa base produtiva, comercial e tecnológica, de alargar os centros sociais e regionais de acumulação, de garantir serviços públicos de largo alcance e de qualidade e de ligar estas dinâmicas com sistemas efectivos de protecção social. isto tem que ser feito à mesma medida em que reduzimos a nossa dependência estrutural e dinâmica em relação a recursos externos, usamos melhor e mais produtivamente os que temos e mobilizamos mais recurso nacionais. Neste contexto, a conjugação da política fiscal com uma clara abordagem macroeconómica que não constranja as oportunidades de investimento e uma clara abordagem estratégica sobre prioridades e articulações produtivas, será absolutamente vital para gerar novas oportunidades e delas tirar proveito.

Esta crise pode ser uma oportunidade que nos força a tomar decisões que já devíamos ter tomado há muito tempo. E não foi por falta de conselho que tais decisões não foram ainda tomadas.

Referências

- Addison, T. (ed.) 2003. From conflict to recovery in Africa. Oxford Univ. Press: Oxford.
- Ali, R. 2008. Níveis e tendências da igualdade económica e do desenvolvimento humano em Moçambique: 1996-2006. Dissertação de Licenciatura (Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane). Maputo.
- Banco de Moçambique. (várias edições). Relatório Anual. Maputo.
- Castel-Branco, C.N. 2008. Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique: contributo crítico com debate de postulados básicos. Colecção de *Discussion Papers* do IESE nº 03/2008 (também está disponível através do site http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf).
- Castel-Branco, C.N. 2005. Implicações do protocolo comercial da SADC para a família camponesa: estudo realizado na Província de Manica para a União Nacional de Camponeses (UNAC). Relatório. (http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/SADC_e_camponese_em_Manica.pdf).
- Castel-Branco, C.N. 2004a. Business and productive capacity development in economic growth and industrialization: the case of Mozambique (mimeo). (disponível através do seguinte link http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Private_sector_development.pdf).
- Castel-Branco, C.N. 2004b. What is the experience and impact of South African trade and investment on growth and development of host economies? A view from Mozambique. Comunicação apresentada na Conferência do HSRC sobre "Stability, poverty reduction and South African trade and investment in Southern Africa", Pretória, 29 e 30 de Março (<http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/CCA-AI-2004-Impact-of-SA-trade-and-FDI.pdf>).
- Castel-Branco, C.N. 2003. Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento. I Quaderni della Cooperazione Italiana 3/2003. Maputo (também está disponível através do seguinte link <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI%202003c%20QUADER.PDF>).
- Castel-Branco, C.N. 2002a. An investigation into the political economy of industrial policy: the case of Mozambique. Tese de doutoramento não publicada (também está disponível através do seguinte link http://www.iese.ac.mz/?_target=investigator&investigatorid=1).
- Castel-Branco, C.N. 2002b. Economic linkages between Mozambique and South Africa. Mimeo (disponível no link <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI-2002a-SA-Mozambique-linkages.pdf>).
- Castel-Branco, C.N. 1983. A integração dos camponeses médios numa economia socialista planificada: o caso de Marracuene. Relatório para o Projecto "Troca 83". Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo (também disponível através do link http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/CEA_83_Camponeses_medios.pdf).
- Castel-Branco, C.N., J. Sulemane, F. Fernandes, A. Tivane e E. Paulo. 2005. Macroeconomics of scaling-up aid: the Mozambican case. Mimeo (também disponível através do seguinte site http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Macroeconomics_of_Aid_and_FDI.pdf).
- Castel-Branco, C.N. and N. Goldin. 2003. Impacts of the Mozal Aluminium smelter on the Mozambican economy. Report. (http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mozal_and_economic_development.pdf).

- Cramer, C. 1999. Can Africa industrialize by processing primary commodities? The case of Mozambique cashew nuts. *World Development* 22(7), pp: 1247-66.
- Departamento de Arqueologia e Antropologia. 2005. Relatório final do estudo qualitativo sobre a pobreza em Inhambane e Sofala. Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (várias edições). Anuário Estatístico de Moçambique. Maputo.
- James, R.C, C. Arndt and K.R Simler. 2005. Has economic growth in Mozambique been pro-poor? Mimeo.
- O'Laughlin, B. 1981. A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* 3. Pp: 9-32. Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2008. The Least Developed Countries Report – Growth, poverty and the terms of development partnership. United Nations: Geneva.
- Virtanen, P. and D. Ehrenpreis. 2007. Growth, poverty and inequality in Mozambique. International Poverty Centre Country Study number 10, September.
- Wuyts, M. 2003. The agrarian question in Mozambique's transition and reconstruction. In Addison (ed.) 2003.
- Wuyts, M. 1980. Economia política do colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* 1, pp: 9-22 (Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane). Maputo.